

Oposição suspende a obstrução no Senado

Da sucursal de
BRASÍLIA

A bancada do PMDB no Senado decidiu, após duas horas de reunião na noite de ontem, suspender a obstrução que vinha fazendo à concessão de empréstimos aos Estados e municípios. A decisão partidária, que somente não contou com a concordância do senador Dirceu Cardoso (ES), foi a seguinte: votação dos requerimentos de empréstimos aos Estados e municípios de valor até 50 milhões de cruzeiros, num total de 132 projetos; e aprovação dos seguintes projetos específicos: o que concede 772 milhões de cruzeiros à Unicamp, o que destina 20 milhões de dólares para o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, e o de 2 bilhões e 505 milhões de cruzeiros para o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, todos empréstimos externos.

A bancada do PMDB decidiu ainda manter entendimentos com a liderança do PDS, visando a um acordo mediante o qual seriam incluídos na ordem do dia até dez projetos por sessão, programar períodos de esforço concentrado para proporcionar o *quorum* necessário às votações, e a inclusão na ordem do dia, mediante prévio acordo de lideranças, de outros projetos de empréstimos independentemente dos respectivos valores.

CONDIÇÕES

À tarde, as oposições haviam condicionado a desobstrução da pauta de votações da ordem do dia a um acordo com a liderança do PDS a respeito do item um, em que figurava um projeto de lei complementar do governo que estabelece normas gerais de Direito Tributário, com o qual não concordam as minorias.

O projeto só será aprovado se o PDS aceitar emendas das oposições que, deixaram o plenário para não dar *quorum* de acordo com instruções do líder Humberto Lucena. Ficaram apenas os senadores da maioria e quatro do PMDB, que não puderam ser avisados a tempo: Laélia de Alcântara, Lázaro Barbosa, Dirceu Cardoso e Paulo Brosard. O total de votos chegou a 24, quando seriam necessários 34 para assegurar o *quorum* mínimo.

O comportamento dos oposicionistas ganhou destaque por se ter registrado às vésperas de um acordo de lideranças para pôr fim ao bloqueio à aprovação dos projetos de empréstimos. O presidente do Senado, Jarbas Passarinho, considerou "um equívoco" o mandado de segurança que alguns prefeitos

paulistas, tendo à frente o de São Bernardo do Campo, pretendiam interpor contra a Mesa da Casa, por causa da paralisação dos pedidos de empréstimos há quase um ano.

Segundo Passarinho, a Mesa "não tem culpa do que ocorre", já que a colocação dos projetos de empréstimos na pauta da ordem do dia "depende mais de solicitação das lideranças partidárias". No ano passado, como recordou o senador pedessista, "esses projetos figuravam diariamente da pauta", contribuindo apenas para bloquear os demais itens da ordem do dia.

Já o líder peemedebista Humberto Lucena disse não compreender de que forma o Supremo Tribunal Federal poderia, diante de um mandado de segurança, compelir um outro Poder a adotar uma atitude, "no caso político", para aprovar os empréstimos. Mas para o vice-líder governista José Lins (PDS-CE), a medida judicial "é justa e deveria ser pleiteada até com o objetivo de considerar aprovados os empréstimos", uma vez que, conforme notou, "o Senado não está cumprindo o seu dever, o de votar os projetos".

O senador Agenor Maria (PMDB-RN), em discurso da tribuna, lembrou que o Senado "não tem culpa da paralisação dos projetos de empréstimos". A culpa, no seu entender, "é do governo da União, autor de uma política tributária injusta". Agenor garantiu ainda que os projetos, em número de 310, "poderiam ser aprovados facilmente se a bancada governista, que tem maioria, comparecesse ao plenário".

COMITIVA

Passarinho recebeu ontem em seu gabinete a comitiva de prefeitos paulistas, a quem garantiu que a aprovação dos pedidos de empréstimos "difícilmente" seria obtida "mediante entendimentos no Senado", sugerindo ao grupo que "amplie as pressões, especialmente junto ao PMDB".

Depois de apontar as dificuldades para a obstrução que o Regimento Interno do Senado propicia, Passarinho disse aos prefeitos que pretendia modificá-lo, mas que não houve consenso entre as lideranças e, por isso, as manobras obstrucionistas seriam intensificadas se o PDS propusesse a alteração.

Para mostrar o quadro contrário à aprovação dos empréstimos sob outro ângulo, o senador lembrou aos prefeitos que outros partidos de oposição, como o PT e o PDT, têm agora representação no Senado, o que significava mais tempo e mais recursos para as manobras obstrucionistas.